www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 56. Memória e território: saberes e resistência em assentamentos rurais.

Coordenador(es):
Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)
Sueli Pereira Castro (PPGAS)

Patrimônio cultural e território são termos complementares que expressam etnicidade, memória, relações de produção e práticas simbólicas, caracterizando diferentes formas de apropriação e uso da terra. Muitos desses grupos sociais que hoje discutem um projeto político no qual possam se colocar, restabelecem a unidade grupal perante o enfrentamento com a sociedade, revelando novas formas de sociabilidade a partir de uma situação de conflito. Nesta perspectiva, os assentamentos rurais na atualidade brasileira representam a construção de “novos territórios”, de espaços de apropriação, ou seja, a reterritorialização de famílias, envolvidas em perdas e conquistas de espaços de vida camponesa. Como estratégia de desenvolvimento rural, os assentamentos têm na agroecologia a sua lógica de produção, opondo-se ao modelo tecnológico baseado no produtivismo do agronegócio. Ao produzirem uma agricultura com base na preservação dos territórios, esta forma resgata a importância de um modo de vida camponês. Resgate este que possibilita novas formas produtivas, pautadas por projetos participativos de produção e circulação de produtos, contribuindo para enfrentar a destruição do meio ambiente e a exclusão social, duas consequências desastrosas e despolitizadoras agrárias pautadas pelo neoliberalismo. A criação desses espaços de trabalhos coletivos e solidários, tem integrado ao processo produtivo: homens, mulheres e jovens na perspectiva de combater a vulnerabilidade das populações do campo.

Agroecologia como perspectiva contra hegemônica: um estudo de caso no assentamento João Batista II em Castanhal-PA

Autoria: Lívia Silva Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará), Leonardo Figueiredo de Souza Gilson da Silva Costa

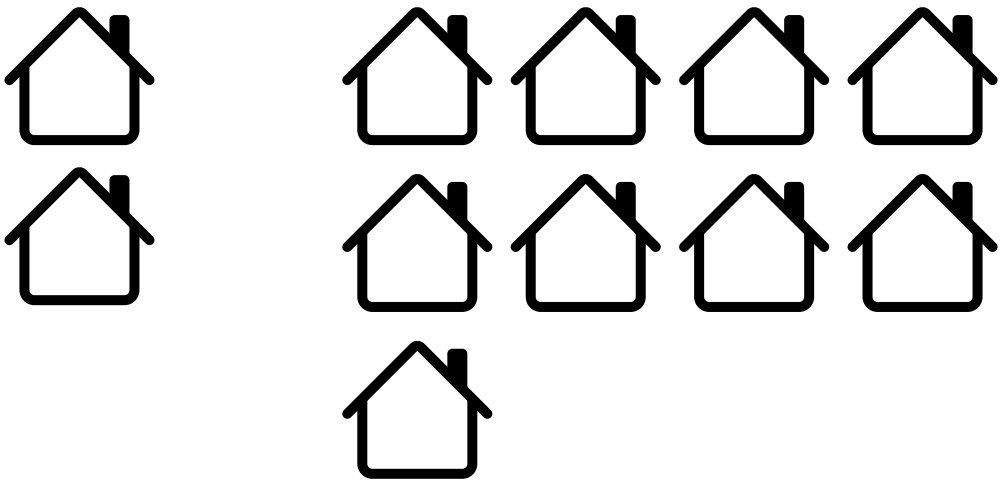
No Brasil a agricultura é predominante pautada na lógica de produção capitalista, sobretudo, o agronegócio que além de funcionar nesta lógica, gera diversos conflitos nos espaços rurais do país. Só no Pará, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2017, foram assassinados 21 pessoas em conflitos que ocorreram nas zonas rurais do estado. Além disso, assassinatos que viraram notícia do mundo inteiro como o de Chico Mendes e Dorothy Stang, são exemplos dos conflitos entre o agronegócio e as comunidades que vivem no rural do país e, em especifico, da Amazônia. Apesar desses exemplos, diversos grupos ainda se organizam para lutar contra as determinações impositivas do capitalismo nos espaços rurais. Essas lutas não se tratam apenas de reinvindicação de terras ou territórios, mas também, de propor relações de produção que sejam antagônicas ao do grande capital, que leve em consideração, sobretudo, o bem estar das comunidades que delas participam. Uma das propostas de relação de produção que difere das relações de produção capitalista é a que seja de base agroecológica, alternativa que tem ganhado forças desde o seu surgimento. Com base nisso, este work propõe uma análise a respeito da contribuição da agroecologia para o fortalecimento da produção agroecológica no território do assentamento João Batista II em Castanhal/PA. Para tal, adotou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Inicialmente fizemos uma pesquisa bibliográfica a respeito da agroecologia, dos movimentos sociais no campo e da economia capitalista e, posteriormente visitamos o assentamento para dialogar com os atores para coletarmos os dados qualitativos. Como ferramentas de coletas de dados utilizamos a observação participante (MALINOWSK, 1978) e entrevistas com base em roteiro semi-estruturado na perspectiva de Brumer et. al (2008) e conversas

 ISBN: 978-65-87289-08-3

informais com as (os) agricultoras (es), além da observação local baseada na leitura de Oliveira (2000) olhar, ouvir e escrever.
Trabalho completo

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**